

200 ANOS EM UM PAÍS *DISTANTE E DESIGUAL*

DOI: 10.29327/210932.10.2-2

Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro
Universidade Federal do Amazonas, Departamento de História, Amazonas-Brasil
balkar.ufam@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-4192-8011>

RESUMO: O artigo revisa o debate historiográfico brasileiro relacionado ao tema da Independência do Brasil no âmbito do Grão-Pará, destacando os limites das abordagens fincadas na ideia da passividade do processo e da “adesão” daquela região ao Império do Brasil. Manuseando registros oficiais de época, fontes consulares, literárias e periodistas, além de larga gama de estudos históricos produzidos tanto no contexto da Amazônia quanto de outras regiões do Brasil, a análise adotada caminha para o registro do processo de emancipação política brasileiro nas “Províncias do Norte” como desastroso e violento, gerando na região recalques e ressentimentos que, já naquela ocasião, traduziam uma forma de relacionamento desigual e hierárquico entre nação e região que, perdurando no tempo, assimilava a Amazônia pelo viés da subalternidade, como fosse região conquistada, num mal disfarçado colonialismo interno que é preciso denunciar e romper.

PALAVRAS-CHAVE: Independência do Brasil. Regionalismo. Ressentimento.

200 YEARS IN A DISTANT AND UNEQUAL COUNTRY

ABSTRACT: The article reviews the Brazilian historiographical debate related to the subject of the Independence of Brazil within the scope of Grão-Pará, highlighting the limits of approaches based on the idea of the passivity of the process and the “adhesion” of that region to the Empire of Brazil. Handling official records of the time, consular, literary and journalistic sources, in addition to a wide range of historical studies produced both in the context of the Amazon and in other regions of Brazil, the analysis adopted moves towards the record of the process of Brazilian political emancipation in the “Provinces of the North” as disastrous and violent, generating repression and resentment in the region that, even at that time, translated a form of unequal and hierarchical relationship between nation and region that, lasting in time, assimilated the Amazon through the bias of subalternity, as if it were a conquered region, in a poorly disguised internal colonialism that must be denounced and broken.

KEYWORDS: Independence of Brazil. Regionalism. Resentment.



A passagem do Sete de Setembro e das celebrações oficiais relativas aos 200 anos da Independência do Brasil, de resto desprezadas solenemente pelo governo de Jair Bolsonaro, oportunizam o retorno a antigas pesquisas e velhas discussões relevantes e ainda não esgotadas, notadamente pela percepção recorrente de que, enquanto nação soberana, o Brasil continua a ser obra inconclusa, carente de ajustes, correções de rumo e avanços efetivos em tantos temas, como o da inclusão social, da redução das desigualdades e da ampliação dos valores da democracia e da cidadania.

Longe de assumir aqui uma perspectiva apologética tão cara aos que lidam com efemérides e celebrações de datas históricas, como a da Independência do Brasil, lembramos, de saída, que nenhuma nação pode ser considerada efetivamente independente e soberana se seu governo e suas instituições subordinam-se tanto ou mais a lógicas e interesses exógenos do que os de sua própria população. Duzentos anos depois do Sete de Setembro, esta continua majoritariamente submetida a processos penosos de marginalização e exclusão, como se estrangeira em seu próprio país. Isso significa que nesses duzentos anos que nos separam do ato emancipatório, temos sido incapazes de colocar sobre a mesa um projeto de nação que fosse minimamente capaz de responder aos interesses, não da fração dominante – parceira e cúmplice do enquadramento subalterno do país na geopolítica internacional de ontem e de hoje –, mas do conjunto de sua população

Tão antigos quanto o próprio país, alguns dos mais importantes problemas nacionais perduram no tempo como uma chaga aberta e renitente, a produzir dissensos, conflitos e violências que uma escrita da história comprometida com a ordem optou por silenciar. Este é o caso, por exemplo, do controle senhorial da propriedade da terra, impondo diversos processos de imobilização e exploração de trabalhadores; ontem pela dominação impiedosa da escravidão; hoje por intermédio do assalariamento não menos extorsivo e pernicioso de uma força de trabalho cada vez mais precarizada, para não falar das ressurgência de modalidades de trabalho análogas à escravidão.

Claro está que as chagas históricas demarcadas no corpo fraturado da nacionalidade brasileira vão bem além das dimensões de classe, uma vez que outros dissensos, conflitos e violências similares se estruturaram a partir de outras dimensões, como gênero, etnia, religiosidade e, obviamente, posições políticas. No momento da crise do império colonial português, e conseqüentemente no âmbito da emancipação política brasileira, os conflitos políticos – eminentemente palacianos – tinham expressão e visibilidades infinitamente maiores, sublimando contradições outras que permaneciam latentes. Essa inegável expressividade da política emanava sobretudo da força de atuação de oligarquias, no mais das vezes, regionalizadas, mas hegemônicas no controle do Estado e de suas instituições ao longo de toda a vida imperial e boa parte da republicana.

REGISTROS HISTORIOGRÁFICOS

A rica historiografia da Independência¹, quase tão antiga quanto seu celebrado marco inaugural, tratou inicialmente de estabelecer bases interpretativas que acomodas-

¹ Isentando-me da indicação exaustiva de autores e obras, chamo atenção apenas para as contribuições de Jurandir MALERBA (2006) e Valdeci ARAÚJO (2022).

sem o fato político aos interesses hegemônicos, suavizando-o em nome do imperativo da construção de uma nacionalidade ordeira e pacífica, com a identificação, pelo alto, de um “povo brasileiro”, não de todo definido. Em meados do século XIX, nem mesmo a pregação de von Martius a favor de uma escritura da história nacional pelo viés da incorporação e interação das diferentes raças formadoras da sociedade brasileira, foi capaz de minimizar o viés elitista de uma aristocracia branca e segregadora que passou a operar historiograficamente dentro e fora de instituições como o IHGB. Isso significou que, de Varnhagen (2019)² aos manuais de história pátria³, o marco temporal da Independência cristalizou-se a partir de abordagens apologéticas e glorificadoras, enquanto sublimou contradições, eventos e personagens que hoje tornaram-se os mote interpretativos centrais de uma verdadeira derrama editorial de obras articuladas em torno da Independência/bicentenário.⁴

Se é correto afirmar que até a primeira metade do século XX predominaram representações historiográficas glorificadoras que tenderam a heroizar personagens como Pedro I e alguns próceres da Independência na construção do Estado-nação⁵; é certo também que pouco depois do festejado *Centenário da Independência*, dissensões historiográficas importantes já haviam começado a relativizar o significado do Sete de Setembro, enquadrando-o em uma dimensão iminentemente política que, embora relevante, não significou uma ruptura efetiva com dimensões estruturantes da vida econômica, social e política do território. Rompiam o tom apologético de denunciar, se não a falácia do termo (*independência*), ao menos sua limitação e incompletude. Essa é uma das dimensões da crítica subjacente ao “sentido da colonização” enunciado por Caio Prado Jr. em *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), autor que já em 1933 questionava, inclusive, os marcos definidores da Independência, pensada ali apenas em sua dimensão política formal:

O certo é que se os marcos cronológicos com que os historiadores assinalam a evolução social e política dos povos se não estribassem unicamente nos caracteres externos e formais dos fatos, mas refletissem a sua significação íntima, a independência brasileira seria antedatada de quatorze anos, e se contaria justamente da transposição da Corte em 1808. Estabelecendo no Brasil a sede da monarquia, o reagente aboliu ipso facto o regime de colônia em que o país até então vivera (PRADO JR., 1986, p.47).

Naquele mesmo momento, Sérgio Buarque de Holanda, em estudo que sublimava fortemente o emprego de periodizações consagradas e mesmo a utilização de marcos divisórios calcados no plano das instâncias político-administrativas, denunciava como característica estrutural do país o forte descompasso entre a vida política e a vida social,

2 O texto teve sua 1ª publicação (póstuma) em 1916, na Revista do IHGB.

3 Por exemplo: AZEVEDO, 1884 e SILVA, s/d.

4 Em certa medida, esse é o tema de obra recente em que importantes historiadores e historiadoras desnudam esse lento e contínuo processo de mitificação da emancipação política brasileira, desde sua emergência até a contemporaneidade, enfatizando os processos de silenciamento e apagamentos produzidos em função de múltiplos comprometimentos e interesses (LIMA JR., SCHWARCZ, STUMPF, 2022).

5 Veja-se, sobretudo: Oliveira LIMA, (1989) e Tobias MONTEIRO (1989), ambos as obras com 1ª ed. em 1927. Podem ainda ser incluídos nessa lista os volumes (10) escritos por Octávio Tarquínio de Souza – *Fatos e personagens em torno de um regime: História dos fundadores do Império do Brasil* (1989) –, embora eles tenham sido publicados originalmente no final da década de 1950.

o que era traduzido pela total insensibilidade de uma aristocracia – ínfima, mas poderosa – diante da colossal massa de anônimos da sociedade brasileira (HOLANDA, 1984).⁶

À época do *Sesquicentenário da Independência*, em 1972, o quadro historiográfico já se mostrava bem mais profissionalizado e matizado do ponto de vista teórico, político e ideológico, embora no plano do debate público – eventos, festejos e programação cultural –, a ditadura militar tenha empenhado esforços na cristalização de leituras ufanistas, e patrocinado publicações ideologicamente comprometidas com um modelo historiográfico já datado, uma vez que era alvo da renovação teórica e metodológica que vinha se processando dentro e fora do Brasil, embora com gradações diferenciadas. Os três volumes de *História do Brasil*, assinados por Hélio Viana (1972), são um bom exemplo do primeiro tipo de produção; enquanto livros como o de Nelson Werneck Sodré, *As razões da Independência*, demarcam o campo das revisões e problematizações críticas do processo de emancipação política, sempre indicando suas contradições e limites. Assim, Sodré concluirá seu livro argumentando que “Passávamos da dependência política de metrópole decadente para a dependência econômica e financeira de metrópole próspera. Realizávamos um avanço, sem a menor dúvida. Mas o processo da independência ficava em meio, por força das condições dominantes no mundo e no Brasil” (SODRÉ, 1965, p. 261).

No mesmo diapasão segue a coletânea *1822: Dimensões*, organizada e publicada em 1972 por Carlos Guilherme Mota, sendo obra que contém nada menos que dezesseis artigos, e que trouxe contribuições relevantes e perspectivas renovadas que, oriundas da produção universitária, colocavam o debate em outros termos, o que incluía assinalar os comprometimentos do *Sete de Setembro* com forças do atraso e do conservadorismo. O próprio organizador tomou a iniciativa de alertar o leitor que não se seguiria ali a linha interpretativa de “muitos historiadores [que] continuam numa linha extremamente formalista, aceitando a *independência* como um fato que se esgota no dia de sua proclamação”. Em continuação, esclarece:

Na verdade, ao que parece, o sentido da história do Brasil nesse período (de descolonização, segundo Sérgio Buarque de Holanda) não pode ser dissociado de processos mais abrangentes que a historiografia contemporânea simplifica e ordena sob o rótulo “Do feudalismo ao capitalismo”. Parece certo que a lenta transição do feudalismo ao capitalismo na Europa teve como contrapartida, em certas áreas do mundo colonial, a *passagem* do Antigo Sistema Colonial para o sistema mundial de *dependências*. Para o caso do Brasil, por exemplo, uma leitura atenta do tratado de 1810 com a Inglaterra permitirá por certo compreender os limites estreitos de 1822 (MOTA, 1986, p. 10).

Em uma obra marcada por interpretações fulcrais, com destaque para as contribuições de Fernando Novais e de Maria Odila Leite da Silva Dias, não deixa de ser interes-

⁶ Há, contudo, diferenças importantes entre as duas abordagens, uma vez que, enquanto em *Raízes*, Sérgio negava aos populares a capacidade de efetiva ação transformadora, a perspectiva inovadora do ensaio inaugural de Caio não apenas faz a denúncia dos descompromissos da historiografia brasileira para com o povo, como também traz os populares e movimentos sociais, como a Cabanagem, para a cena política, mesmo que sua avaliação incorra na atribuição de características desqualificadoras, elencando limitações de diversas ordens àquela ação.

sante que na coletânea organizada por Mota, o artigo divergente, a destoar da tendência renovadora da obra, tenha sido o relativo ao “Processo de Independência no Norte”, assinado por Arthur Cezar Ferreira Reis (1986). Seja como for, outras obras importantes de historiadores consagrados emergiram ao longo das décadas de 1970/80, seguindo no diapasão das revisões historiográficas que limitavam os alcances econômicos e sociais do *Sete de Setembro*.

O interesse celebrativo acerca de eventos da história nacional sempre provocou algum tipo de impulsionamento no mercado editorial brasileiro, fazendo emergir um volume grande de produções acadêmicas que acabou demarcando com clareza as inflexões e guinadas de uma historiografia brasileira que não para de se profissionalizar, atualizar e adensar, em diálogos tanto com as transformações sociais pelas quais o país tem passado, quanto com as demandas de uma sociedade cada vez mais interessada em se ver espelhada na história e dela se apropriar. Assim como uma maior preocupação com as dimensões culturais, essas demandas inclusivas, pautadas por largas parcelas da população brasileira – frequentemente referenciadas como *minorias* sociais –, tornou-se uma das marcas distintivas de uma escrita da história que vem emergindo associada às celebrações do Bicentenário da Independência. Um claro exemplo dessa perspectiva aparece em *Independência do Brasil: Mulheres que estavam lá* (STARLING e PELEGRINO, 2022). Nela são apresentadas a trajetória de sete mulheres – plurais em suas origens étnicas e sociais –, cujas ações alcançaram, de forma variada, os movimentos que compuseram, Brasil afora, o complexo processo de emancipação política em nosso país. Sua dimensão de uma demanda social do presente, assim como o tom de denúncia que a obra assume resulta explícito na apresentação de Starling:

É necessário investigar a grave sub-representação feminina para enfrentá-la. Esse trabalho demanda, *a priori*, uma distinção entre apagamento e ausência através do tempo. A cientista política Flávia Biroli diz que “há diferença entre lidar com as formas de silenciamento que constituem o ambiente político e definem suas fronteiras e presumir algum tipo de silêncio, como se as vozes contestatórias não fizessem parte do espaço público”. fizeram – e fazem. As mulheres muitas vezes estiveram nesses espaços. Portanto, é preciso que a sua aparição no mundo público seja conhecida e se faça história (STARLING e PELEGRINO, 2022, p.7).

Muitas outras obras e autores podem, sem muito esforço, serem lembrados neste mesmo diapasão, explorando veios interpretativos novos ou atualizando abordagens tradicionais, mas este não é o espaço para debatê-los, uma vez que minha preocupação está voltada para a percepção do processo político da emancipação pelo recorte *regional*, pon-do em discussão algumas perspectivas que penso terem sido pouco exploradas. Não custa mencionar que esse recorte *regional* tem sido reivindicado por outros autores – como Evaldo Cabral de Mello (2022) – preocupados que estão em assinalar a complexidade da emancipação política brasileira e a necessidade de ela ser também percebida a partir de outros espaços de tensões e de lutas políticas e sociais que não os da Corte do Rio de Janeiro e seu entorno político; espaços que muitas vezes o processo desnudou-se em

conflitos abertos, em prisões arbitrárias, em violências de toda ordem e em muito sangue derramado; em suma, o avesso do discurso oficial de passividade e conagração. E essas dimensões do processo emancipacionista foram tão vívidas no Grão-Pará que deixaram um rastro de ressentimento que alcança os dias atuais.

HISTÓRIAS DE UM BRASIL DISTANTE

As primeiras Histórias do Brasil não deixaram de registrar as dissidências que o movimento do *Sete de Setembro* provocou em algumas províncias do Reino que se reestruturara em 1815, e dentre elas as que ocorreram no Grão-Pará. A própria obra de Varnhagen sobre o processo de Independência dedicou algumas páginas, reconhecendo, à partida, que “a cidade de Belém do Pará foi a primeira do Brasil a proclamar as instituições constitucionais, e veio a ser, dentre as mais importantes (sem contar Montevidéu), a última a aderir à independência e a proclamar o Império”. No entanto, já ali, pela pena do historiador sorocabano processava-se um impressionante apagamento das contradições primárias do processo e de suas consequências deletérias na sociedade paraense, uma vez que, para o autor, era “chegada a hora de ser finalmente no Pará proclamada a Independência e o Império”, e “*tudo se fez sem o menor derramamento de sangue...*” (VARNHAGEN, 2019, p.534 e 239) (Grifos nossos).

Desnecessário dizer que esta abordagem, já corrente ao longo da segunda metade do século XIX, seria propagada, em verdadeira correia de transmissão, para um sem número de obras historiográficas pelo menos até a década de 1920/1930, quando então, no Pará, se processa um movimento historiográfico pautado no debate da questão nacional em voga (OLIVEIRA, 1990), e que veio produzir interpretações fincadas na valorização do *nativismo* como fator precursor e impulsionador das ações *patrióticas* dos paraenses nas *lutas* pela Independência do Brasil. Tal é a posição adotada por José Palma Muniz (1922), que com isso buscava valorizar a participação do Grão-Pará no processo de construção do Estado e da nacionalidade brasileira. Independente de suas qualidades, o estudo de Muniz teve pequena difusão para além do ambiente regional mais restrito, sendo pouco referenciado por uma historiografia mais identificada como sendo de envergadura nacional. Seu legado, no entanto, assim como o de outros historiadores regionais que se debruçaram sobre o processo de Independência no Norte do país, acabou sendo registrado nas poucas histórias da Amazônia que haviam conseguido romper os estreitos limites de circulação dos estudos históricos regionais, projetando-se no interior de trabalhos de relevo e bastante referenciados em todo o Brasil. Neste particular, desponta absoluta a produção do historiador amazonense Arthur Cezar Ferreira Reis, por muito tempo referenciado no cenário historiográfico nacional como o historiador da Amazônia.

Tendo feito carreira universitária na capital federal, em paralelo a uma atuação política de relevo que demonstrava um largo trânsito pelos círculos da ditadura militar, Reis havia ganhado projeção a partir de finais dos anos cinquenta e início da década seguinte por sua participação na monumental *História Geral da Civilização Brasileira*, idealizada e

organizada por Sérgio Buarque de Holanda, com quem o historiador amazonense mantinha correspondência (SOUZA, 2009, p.17). Dentre os vários capítulos que assinou para àquela coleção, em “O Grão-Pará e o Maranhão” (REIS, 1985, p.71-172), Arthur Reis alinhavou pontos de relevo do processo emancipacionista no Grão-Pará já anteriormente destacados por historiadores como Antônio Ladislau Monteiro Baena e Domingos Antônio Raiol, além de, e sobretudo, Palma Muniz. Passados alguns anos desta sua contribuição à coleção organizada por Holanda, o capítulo que Arthur Reis assina para a coletânea de Carlos Guilherme Mota sintetiza aquelas posições com a exaltação do suposto *sentimento de brasilidade* que teria animado o segmento “nativo” da elite política paraense, da qual o propagandista liberal Felipe Patroni e o Cônego Batista Campos seriam os principais representantes. Embora Reis reconhecesse a existência de contradições políticas internas, argumentou ter sido “*mais forte o sentimento de nacionalidade. E o Extremo Norte se fez, por decisão própria, parte integrante do novo Império*” (REIS, 1986, p. 188).

Em síntese, é preciso asseverar que a tradição historiográfica que se funda nos escritos de Baena e Raiol, passando por Muniz até chegar à Reis abordou o tema pela perspectiva *agregação*; ou seja, da ênfase da construção da *nação* como o resultado da junção de *suas partes*, indevidamente extraviadas. Não por acaso, o termo básico empregado nesses trabalhos é o de *adesão*, ponto culminante e final do processo da construção de uma Amazônia brasileira. Além do mais, em todos esses autores, a ideia de *nacionalidade* era sempre referenciada como precedendo a própria formação do *Estado*, sendo o mote de tal interpretação o mencionado “*sentimento de brasilidade*”, latente entre a população paraense. Não foi à toa, portanto, que Jorge Hurley, presidente do Instituto Histórico do Pará em 1936, registrou, quando da comemoração ao centenário da Cabanagem: “Quem consultar a História verá que a alma brasileira do norte extremo ao sul extremo, é uma só: vibra estuante a mesma dor e a mesma alegria: Tupis e Guaranis eram um povo só” (HURLEY, 1936, p. 328).⁷

Pode-se ainda destacar que a narrativa eminentemente factual produzida nesses trabalhos não gerou de imediato uma preocupação efetiva em elucidação dos significados que recobria tal factualidade; tampouco buscou-se romper com as narrativas da Independência que se difundiam a partir do centro-sul do país, quase sempre sob a chancela do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, instituição a qual muitos dos historiadores do Norte buscaram afiliar-se. Acima de tudo, o que se percebe em suas obras é o desejo de agregar, aqui e ali, algumas poucas pinceladas, às bordas de um quadro previamente pintado, e cujo significado último era a emancipação política e o nascimento do Brasil como nação.

Dito isto, é preciso também esclarecer que a tarefa de apontar problemas e limites interpretativos não pode jamais significar o desejo de ignorar ou descartar abordagens assim estruturadas, tomando-as como imprestáveis à elucidação história pensada e demandada por nós. Além do mais, a história factual do processo de Independência no Norte

⁷ Expressões desse tipo já foram adequadamente criticadas no âmbito da história da historiografia, com destaque para o trabalho de Rogério Forastieri Silva (1997).

do país é relevante e precisa ser conhecida, em especial porque muitos de seus episódios são bastante representativos dos limites da Independência brasileira, da (sempre negada) violência do processo e dos descompassos da relação nação/região como estruturantes do perfil assumido pela sociedade resultante daquele processo histórico.

De tais episódios, a historiografia anotou uma sequência que aqui destaco:

1. O rechaço ao *Sete de Setembro* pela Junta Governativa do Grão-Pará, cujos interesses ligavam-se, no plano político, à nacionalidade portuguesa; enquanto no plano econômico ligavam-se ao segmento mercantil metropolitano e agarram-se à tradição de uma vida administrativa autônoma e economicamente orientada para Portugal;
2. A organização e mobilização em Belém e adjacências, de uma resistência nativa, capitaneada por proprietários de terra e engenhos, comerciante das canoas (drogas), e também lavradores; tendiam a recuperar o ordenamento jurídico de 1815 que estabeleceu o Grão-Pará como uma das províncias constitutivas do Reino do Brasil;
3. A ocorrência de choques e escaramuças violentas de parte a parte e um enfrentamento não menos virulento por intermédio da imprensa, que faz sua estreia na região como instrumento do engajamento político;
4. A chegada de uma fragata de guerra capitaneada por John Grenfell, em agosto de 1823, com cartas de Pedro I à Junta Governativa, exigindo o reconhecimento da Independência e a adesão ao Império, mas também oferecendo apoio militar;
5. Capitulação e assinatura pela Junta Governativa do Ato de Adesão ao Império do Brasil, em 15 de Agosto de 1823;
6. Retaliações violenta do “partido português” aos segmentos nativos insurgentes, em outubro de 1823, contando com o apoio militar prometido por Pedro I,
7. A Junta (antes pró-Portugal) delibera, em nome da ordem e da pacificação da Província, aprisiona seus principais adversários políticos (pró-Brasil).
8. Em 20 de outubro de 1823, 256 paraenses são aprisionados no porão do Brigue *Palhaço*, produzindo cenas inauditas de sofrimento e selvageria. Na manhã seguinte constata-se que 252 deles estão mortos e outros três, dos quatro sobreviventes, morrem no dia seguinte.
9. “Pacificada” a Província, o Grão-Pará volta a compor a nação brasileira e Grenfell retira-se para a Corte, tendo cumprido exemplarmente a missão que lhe incumbira o Imperador.

Preferi olhar para o Grão-Pará à época da Independência por outro ângulo, incorporando uma temporalidade própria, prenhe de disputas e de incertezas que a rica produção de representações, à posteriori, cuidaria de obscurecer ou simplesmente apagar. Olhei para o Grão-Pará das vésperas da Independência do Brasil como um caldeirão em que se coziavam interesses múltiplos, dentre os quais o da incorporação ao Império do Brasil era apenas um dentre os vários caminhos que se mostravam possíveis. Dentre

esses *possíveis*, e mesmo que à distância do tempo e o conhecimento que hoje detemos da finalização do processo, nos apresente alguns deles como improvável, destaco:

1. A manutenção do colonialismo português;
2. Uma independência com autonomia regional plena; ou seja, frente à Portugal e ao Brasil;
3. A substituição do jugo colonial português pelo de outras potências coloniais europeias, via controle militar direto;
4. A instauração de uma república negra aos moldes do que havia ocorrido em Santo Domingo (Haiti); ou seja, uma república estruturada a partir da luta de escravizados contra a dominação senhorial (e colonial).

Assim, no jogo político que se processa ao longo da primeira metade do século XIX, as peças que se moviam pelo complexo tabuleiro das ações envolviam atores (individuais e coletivos), com destaque para representantes políticos do Império luso-brasileiro, para segmentos da burguesia portuguesa radicada em Belém, para proprietários de engenhos e de terra do círculo agrícola que havia se estabelecido ao redor da capital paraense, para agentes diversos do colonialismo inglês e francês, para segmentos pobres urbanos, para negros escravizados e para indígenas compulsoriamente reduzidos à condição colonial e aos núcleos urbanos. Uns e outros se puseram em relações plurais e nem sempre articuladas, formando uma engrenagem que se manteve extremamente disfuncional até pelo menos 1850 ou, mais precisamente 1865, momento em que a eclosão da Guerra do Paraguai favoreceu de forma efetiva a formação/afirmação da nacionalidade brasileira em todo o território.

O erro de tentar abordar o processo da Independência pelo prisma da curta duração, e, portanto, com o foco nos eventos políticos eminentemente palacianos – *Cortes de Lisboa* → *descontentamento da elite agroexportadora* → *Sete de Setembro* → *resistência das juntas governativas* → ação das armadas de aluguel → *adesão ao Império, etc.* – é exatamente por que tal postura não dá conta de explicar que o que se segue à *adesão* não é a *pacificação* e a entrada em ordem, mas o seu avesso: a profunda instabilidade política e o caos social que, por fim, engendrariam a Cabanagem, uma década mais tarde. Com efeito, não há como dissociar os dois processos, embora parte da historiografia regional tenha tentado fazê-lo, abordando ambos de forma episódica. Bastaria a leitura da obra monumental de Domingos Antônio Raiol, *Motins políticos*, para demonstrar, com suficientes elementos de prova, a incidência da repercussão de um inacabado ou mal conduzido processo emancipacionista naquela rebelião.

O estudo da conjuntura política da primeira metade do século XIX tem demonstrado aos pesquisadores o quanto as temporalidades naquela formação econômica-social se entrelaçam continuamente e inclusive se presentificam na documentação do período. Assim, quando em 1835 o início da repressão à Cabanagem passou a encarcerar prisioneiros cabanos em navios surtos no porto de Belém – as chamadas “prisões de mar” – Francisco Vinagre, um dos líderes do movimento e autoproclamado Presidente

da Província, dizia: “*Se nos está afigurando uma nova palhaçada!*”, lastreando os embates do tempo presente com o sangue e a dor das vítimas do massacre perpetrado por Grenfell em outubro de 1823 (Apud RAIOL, 1970, p. 833).

Seja como for, e à luz do que se efetivamente se processou é possível trabalhar ainda com um outro ponto de vista historiográfico, qual seja, o da compreensão do processo de *Independência do Brasil no Norte* como verdadeira conquista colonial assumida pelo Império do Brasil, que então se punha em posição hierárquica de dominação frente ao Grão-Pará, em substituição à Portugal. Por tal entendimento, passa-se da falaciosa ideia de *adesão* – um ato voluntário e consensual –, para a de *incorporação* – um ato violento e unilateral. Além do mais, não há *adesão* se esta é feita sob a mira de canhoneiras. Historicamente, os termos que se atribuem a tais processos são os de capitulação e rendição. À luz de todos os avanços historiográficos havidos nas últimas décadas, insistir em chamar o processo de Independência no Norte do país como uma adesão do Grão-Pará ao Brasil não deixa de ser piada de mal gosto.⁸

Pensar o processo de Independência no Norte pelo prisma da *adesão* pode ser também uma forma de comprar a *visão do vencedor*, desconsiderando todo um histórico de tensões e opressões, de valores em disputas, de rancores e ressentimentos, não apenas que estavam presentes naquele momento, mas que também dinamizaram-se no tempo, para chegar à contemporaneidade com bastante força.

Por óbvio, não se advoga aqui qualquer perspectiva de adesão a ideais separatistas ou coisas do gênero, embora, como se verá, essa ideia tenha sido discutida em mais de uma oportunidade no contexto amazônico. O que se pretende é valorizar uma perspectiva historiográfica que possa mostrar o Brasil atual como a resultante de um projeto político dotado de um local de produção – a Corte do Rio de Janeiro e o Sudeste do país –, e que manteve ao longo do tempo pouquíssima capilaridade para partilhar espaços decisórios e assimilar demandas oriundas das oligarquias ou das sociedades que compunham as “províncias do Norte”.

A falácia da construção do Brasil como um Estado plural e integrador dos segmentos nativos dispersos no interior do vasto império colonial português na América ficou claro nos dez pontos encaminhados por Feijó ao Conselho de Estado como condições impositivas para assumir as rédeas da Regência. A respeito do assunto, Aldo Janotti anotou:

Suas ideias a respeito da unidade nacional eram mais de uma criatura indiferente senão mesmo simpática a desunião do país. No item 8º de sua célebre declaração para aceitar a Regência, Feijó já entrevia a possibilidade de uma divisão do Brasil em duas partes, a do Norte e a do Sul, manifestando mesmo certo conformismo diante disso. “No caso de separação das Províncias do Norte, segurar as do Sul e dispor os ânimos para aproveitarem esse momento para as reformas que as necessidades de então reclamam” (JANOTTI, 1990, p. 225).

8 De forma bastante licenciosa, passa-me à mente, a imagem jocosa do “casamento do matuto” sob a mira da espingarda do pai da noiva, tal como encenada nos altos de boi-bumbá, durante os festejos juninos.

Contra a unidade do Império militavam também alguns agentes do colonialismo europeu e mais decididamente o francês. Registros diversos, oriundos tanto da documentação oficial do consulado francês em Belém e mesmo do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Marinha, em Paris, assim como do registro periodista e da literatura, demonstram, até meados do século XIX, o inconformismo francês com o controle de diversas áreas da Amazônia pelo Brasil, e não apenas as relacionadas com “território contestado”, no atual Amapá. Transitando com muita desenvoltura entre a atividade diplomática, o jornalismo, a política e, em especial, a literatura, Emille Carrey (1820-1880) fez fama em sua terra, após viver muitos anos empenhado nas tarefas consulares pelo Brasil e outros países da América do Sul, entre as décadas de 1840 e 1850. Escreveu diversos livros de sucesso, mesclando romance histórico e registros de viagem, dentre eles, quatro volumes sobre a Amazônia (brasileira). Observador arguto, pôs na boca de seus personagens tanto facetas da história regional, quanto suas visões de mundo e posições políticas. Assim, em *La dernière des N'hambahs* a personagem Merry – um comerciante francês radicado no Pará -- dirá:

Depuis un an déjà, Rio Janeiro et la plupart des provinces du Brésil actuel s'étaient déclarées indépendantes. Mais ici, à Bélem, nous voulions rester unis au Portugal, et, avant tout, ne pas subir le joug de Rio Janeiro, avec laquelle nous étions absolument sans relations. Nous avons donc refusé d'adhérer à l'acte d'indépendance et nous nous gouvernions nous-mêmes cahin caha, sous les auspices du Portugal. Mais! l'Europe, autrement dit l'Angleterre qui menait l'Europe alors, avait intérêt à ne pas laisser une petite république s'établir près de la colonie française de Cayenne, à la bouche de l'Amazone. Sans même déguiser leur intervention, les Anglais nous envoyèrent un brick de la division de lord Cochrane. Ce brick força l'entrée du fleuve et nous imposa la liberté, c'est-à-dire notre annexion à l'empire du Brésil. Une junte qui s'établit d'elle-même se chargea de gouverner, en attendant le président que devait nous envoyer notre nouvel empereur (CARREY, 1863, p. 106-107).⁹

Como se vê, por intermédio de Merry, Carrey fazia-se de historiador, esclarecendo seu público sobre os eventos conturbados que haviam marcado a Amazônia desde o processo de Independência até a metade do século XIX, passando pela Cabanagem, evento que lhe atraiu enormemente a atenção. Sua fala ácida, eivada de preconceitos de toda ordem, tem um alvo duplo – o colonialismo luso-brasileiro – e também uma vítima: os povos indígenas na região. Pela condenação ao massacre aos índios e pela forma opressora com que se impôs à região, em seus livros Carrey nega legitimidade ao domínio brasileiro sobre a região, o que defenderá também pelas páginas do *Moniteur Universel*, de

9 [“Já fazia um ano que o Rio Janeiro e a maioria das províncias do atual Brasil se declaravam independentes. Mas aqui, em Belém, quisemos permanecer unidos a Portugal e, sobretudo, não nos submetemos ao jugo do Rio de Janeiro, com o qual não tínhamos absolutamente nenhuma relação. Recusamo-nos, portanto, a aderir ao ato de independência e nos governamos, nós mesmos, sob os auspícios de Portugal. Mas a Europa, ou seja, a Inglaterra, que então liderava a Europa, tinha interesse em não deixar uma pequena república se instalar perto da colônia francesa de Caiena, na foz do Amazonas. Sem disfarçar sua intervenção, os ingleses nos enviaram um brigue da divisão de Lorde Cochrane. Esse brigue forçou a entrada do rio e impôs nossa liberdade, ou seja, nossa anexação ao império do Brasil. Uma junta que se estabeleceu assumiu a tarefa de governar, enquanto esperava que o presidente nos fosse enviado pelo nosso novo imperador”].

Paris, em diversas ocasiões. Numa delas, datada de 14 de novembro de 1858, esclarecia suas posições:

A França possuiu outrora, por direito de *primo occupanti*, metade dessa boca e a margem esquerda do Amazonas, tão longe quanto lhe aprouve tomá-la. O tratado de Utrecht, esse grande desastre nacional de nossa pátria, nos despojou disso. Na Europa amotinada contra nosso César vencido, não houve nem soberano, nem príncipe que nos veio tirar alguns pedaços, até que o rei de Lisboa nos tomou tudo o que quis de nossa Guiana. Hoje, hoje ainda, nessa disputa europeia de partilhas, o herdeiro americano de Portugal, o Brasil, nos contesta os fragmentos conservados de nosso império sul-americano! (Apud SILVA, 2017, p. 306).

Durante as escaramuças da Cabanagem, não apenas os agentes consulares da França, como também os prepostos da Inglaterra teriam colocado em discussão – com rebeldes e forças da legalidade – o desligamento da Amazônia ao Brasil como uma das opções que estavam sobre a mesa e diante da qual podiam empenhar apoio, de forma direta ou dissimulada. Em paralelo, no ambiente social interno ao Grão-Pará, haviam outros atores atuando nesta direção, embora caminhassem isolados numa luta própria contra o colonialismo e a dominação senhorial. Esta é a história das populações escravizadas, cuja visibilidade historiográfica se fez mais forte pela pena grandiosa de Vicente Salles, e hoje tem sido reavivada pelas gerações mais novas da escrita da História no Norte do país. Registros dessa ação não faltam na documentação e mesmo naquela compulsada nos estudos tradicionais, como demonstra uma passagem de Arthur Reis, dando vazão a uma preocupação da Junta Governativa do Grão-Pará em meados de 1823:

Sentimos não poder afirmar, que a tranquilidade está inteiramente restabelecida porque ainda temos a temer, principalmente, a gente de cor, pois que muitos negros e mulatos foram vistos no saque de envolta com os soldados, e os infelizes que se mataram a bordo do navio [o brigue *Palhaço*], entre outras vozes sediciosas deram vivas ao Rei Congo, o que faz supor alguma combinação de soldados e negros (REIS, 1986, p. 86).¹⁰

Assinalar contradições e projetos de sociedade em luta no contexto da Independência no Norte do Brasil implicaria em avançar infindáveis páginas, o que está fora de nossas pretensões, razão pela qual gostaria de mudar novamente o rumo desta discussão.

RESSENTIMENTOS

Tomando o processo de Independência do Brasil como prenhe de contradições, omissões e silêncios, quero tomá-lo aqui como obra aberta e inconclusa, por mais que pareça impertinente tal ponderação. Duzentos anos depois da propalada *Independência*, urge passá-la à limpo, e concluí-la numa dimensão que se mostre efetiva e atenta aos interesses múltiplos, porém convergentes, daqueles que, formando a imensa maioria de sua população, anseio por um gozo efetivo do estatuto de cidadania, sem matizes, hierarquias

10 Assim como outros historiadores “regionais”, tenho militado na ideia de que as populações negras e escravizadas do Grão-Pará trilham um caminho autônomo de luta antissenhorial e anticolonial. Veja-se (PINHEIRO, 1999).

ou senões. É, antes de tudo, obra política, a exigir a mobilização de nossas capacidades físicas e intelectuais para dotar o país de uma identidade comum que consiga enxergar-se e constituir-se no acolhimento de suas múltiplas instâncias constitutivas.

Desde a última década do século passado, meu contato com os arquivos e com os acervos documentais tem me colocado em contato com um sem-número de registros documentais que expressam – por vezes abertamente – um profundo desconforto em ser um brasileiro do Norte, e, em especial, da Amazônia; e esse desconforto finca claramente suas raízes nos processos que até aqui temos descrito.

São registros que falam do sentimento de marginalização e de exclusão; de descaso e de abandono; de esquecimento e de silêncios; de uma cidadania disforme, oblíqua, que nos faz *pertencer*, sem efetivamente *ser*; são histórias de *queixas* e *ressentimentos* seculares, fincadas na percepção de que não há espaço possível de incorporação da Amazônia ao Brasil, senão pelo viés da *subalternidade*, como *colônia dissimulada*, a quem se nega o direito de existir em seus termos e liberta de práticas verdadeiramente coloniais de dominação; e a quem se nega, sobretudo, o direito de discutir e decidir acerca de processos e projetos que a alcançam de forma danosa e espoliativa, legitimando-se em nome do progresso nacional, quando nada mais são do que novas facetas da acumulação do capital e do enriquecimento de novas oligarquias, estejam elas hoje fincadas na Fiesp ou na Faria Lima.

O fato é que, mesmo após o 15 de agosto de 1823 o isolamento e as distâncias – construídos historicamente – entre a Amazônia e Brasil se mantiveram como nos tempos coloniais, como atestou Ignácio Accioli em 1833, com a publicação do mapa das entradas e saídas do Porto de Belém no ano de 1828. Dos cerca de 50 navios entrados e 50 saídos naquele ano, nenhum deles tinha chegado de portos do Brasil ou para eles se dirigia (SILVA, 1833). Da mesma forma, como anotou um viajante francês, mesmo no período pós-Independência, o termo *estrangeiro* era empregado no Grão-Pará para designar, indistintamente, europeus, norte-americanos e indivíduos do Rio de Janeiro. “*Estes srs. do Rio de Janeiro, entendem-se todos perfeitamente com os da Europa*”, diz um dos personagens de “*Os revoltosos do Pará*”, obra literária publicada na França em 1858 (CARREY, 1862).¹¹

Ao tomar posse como Presidente da Província do Grão Pará, em julho de 1831, Bernardo José da Gama, Visconde de Goyanna, “sentiu que a província não se integrara ainda ao sistema nacional: [Ela] ‘parece não pertencer ao Império do Brasil’” (REIS, 1986, p. 105). Anos depois, agora como membro do Parlamento Imperial, o mesmo Visconde de Goyanna dizia que “apesar de os tempos antigos serem menos circunspectos que os da constituição (de 1824), o Pará mereceu mais consideração do governo desse tempo que do tempo constitucional, em que tem sido inteiramente abandonado”. Por sua vez, Pinto Mendonça, outro deputado na mesma casa parlamentar, afirmava que a Província do Pará “até hoje só [era] lembrada para os castigos” (ANAIS, 1835, p. 71).

11 Utilizei aqui a edição portuguesa.

Em minha tese sobre a Cabanagem, segui o entendimento de Domingos Raiol, de que o movimento foi também uma tentativa de passar a limpo, um acerto de contas com o que havia se processado na região em 1823, já que, para muitos, a forma como o Pará foi incorporado ao Império soou como uma traição do Brasil aos paraenses que por ele lutavam. Além disso, o movimento traduzia também um claro desejo das elites nativas regionais de discutir o seu lugar no projeto político do Estado Brasileiro.

Bem sabemos que, como em 1823, a resposta a esses anseios expressos na Cabanagem veio na forma de um novo massacre, um banho de sangue que ceifou algo em torno de 40 mil pessoas, um terço da população estimada da província; e mesmo para algumas autoridades militares da época, a repressão fez “compensar em lágrimas o sangue que se teria vertido nas mãos dos cabanos” (ARAÚJO E AMAZONAS, 1984, p. 161).

Quanto mais avançarmos no tempo em direção aos dias atuais, mais juntamos momentos de desacertos, de demandas frustradas e de aplicação impositiva de políticas e projetos exógenos, sem a menor intenção ou interesse na consulta ou negociação com as populações e governos regionais. As lamúrias e protestos contra os governos da República foram também uma constante, a começar pelas queixas de omissão e descaso na defesa da borracha, e da lembrança, sempre enfatizada, do contrastante arrojo em garantir os lucros dos cafeicultores “paulistas”. Com efeito, já no momento da configuração do regime republicano, a força das aristocracias do Sudeste tornava o Federalismo letra morta e dava vazão a um regionalismo político nas margens “preteridas” do país. Dou a seguir um exemplo desses ressentimentos, em ácido texto produzido pela pena radical de Bento Aranha, um importante intelectual e jornalista do Norte do país. Escrevendo em 1904 nas páginas de um diário amazonense, diz ele:

Não obstante a presunção ridícula do fazendeiro de S. Paulo, em julgar, que por si só abarrotava de café todos os mercados do mundo, manda a verdade que se diga: a fonte perene da riqueza pública e particular do estado é a cultura desenvolvida do seu café.

Isso não satisfaz ainda o orgulho do paulista, que se acostumou a sugar, qual o sanguessuga, o sangue do povo brasileiro, de outros estados, desde os tempos do Império, pelas verbas orçamentárias destinadas à imigração e colonização para aumentar a sua população, e animar a sua lavoura, as suas indústrias e o seu comércio.

Além destes favores da nação, reclama outros constantemente, que oneram o erário público para beneficiar fazendeiros, e bastantemente interessar o estado aumentando-lhes as rendas.

Nenhum outro estado brasileiro tem sido tão pesado à nação, do que o de São Paulo; por isso não se deve estranhar o desplante caricato, com que se arroga a primazia em adiantamento quanto ao seu processo moral e material.

Ele só quer ser o Brasil, por que é o berço dos 3 irmãos Andradas, e das margens do seu Ypiranga o príncipe estrangeiro fez ressoar até o Prata, e do Prata até o Amazonas, o ingente e heroico brado - Independência ou morte -, pelo qual outorgou a liberdade ao povo brasileiro, afirmou a sua nacionalidade e do mesmo povo aclamou-se Imperador.

No Império foi mais realista que o rei, como na propaganda abolicionista do elemento servil, nefasto, vergonhoso e deprimente do caráter brasileiro, não se limitou a ser escravocrata, primou por ostentar-se carrasco do desditoso, infeliz e miserável escravo!

O despeito que manifestou por causa da promulgação da áurea lei de 13 de maio de 1888, cresceu e recresceu depois que o parlamento nacional negou aos seus vis mercadores de carne humana, a indenização pelo escravo, restituindo-o à sociedade tão livre quanto era o seu senhor desumano e cruel.

Transformou-o de monarquista em republicano a abolição da escravatura no Brasil, sem indenização do valor do escravo ao seu ex-senhor! - Treda ironia!

Todos estes fatos são deprimentes do caráter de um povo, que pretende ser primeiro entre povos irmãos.

Nada recomenda mais S. Paulo ao Brasil, entre os outros estados, seus coirmãos, do que a sua adesão à forma de governo republicana, após ao seu protesto contra a lei, que aboliu a escravidão no regime do Império, sem direito a indenização aos seus ex-senhores.

Nunca S. Paulo foi republicano, não é e não será!

Haja vista a diplomacia afidalgada do republicano Campos Salles, e a ostentosa usança do monarquista Rodrigues Alves, conselheiro da coroa no reinado de D. Pedro II.

Ambos por eleição fraudulenta, sem concurso do eleitorado, perante às urnas, S. Paulo elevou à cadeira presidencial da República.

Além desses também fez presidente o republicano Prudente de Moraes, e pretende outra vez nomear a Campos Salles!...

Neste andar S. Paulo quer constituir-se ninho de presidentes da República.

À vista do que a nenhum outro estado será permitido disputar-lhe a primazia.

S. Paulo quer ser o Brasil.

É preciso quanto antes que se ergam os outros estados e lhe digam: basta!

Unam-se. Sejam todos por um e um por todos.

Só assim aquele estado recuará das suas pretensões ou há de ver o Brasil o ninho de presidente da República destruído.

Delenda São Paulo! (ARANHA, 1904, p. 1).

Tantos outros momentos desse descompasso e dessas tensões entre nação e região poderiam ser ainda referenciados, até se chegar aos mais recentes “ataques” da burguesia industrial paulista que, em torno da poderosa FIESP, insiste em ajuizar no Supremo Tribunal Federal protestos contra os incentivos fiscais garantidos pela Constituição Federal à Zona Franca de Manaus. Por óbvio, isentemo-nos aqui de abordar tais tensões, uma vez que não haveria espaço para tratar deles neste pequeno artigo. Esta é a razão pela qual prefiro remeter aos interessados à leitura do novo livro de Violeta Loureiro, que traz o sugestivo título de *Amazônia, Colônia do Brasil* (LOUREIRO, 2022) e que, embora se dedique ao estudo de processos contemporâneos, o faz numa perspectiva histórica abraçando postulados bastante próximos aos que aqui apresentei.

Seja como for, a defesa da borracha ou da Zona Franca são apenas dois exemplos de tensões com maior visibilidade, a esconder tantos outros que a documentação oferta, gratuita e generosamente, aos estudiosos que se dispuserem a consultá-la. Ao fim e ao

cabo, o que quis apresentar neste artigo, é que todos esses momentos nos dão a clareza da incompletude de um projeto de nação e da necessidade de lutarmos para que ele se torne cada vez mais inclusivo e democrático, e que, dentre tantas demandas e silêncios a vencer, possa o Brasil, seus governos e instituições, nos perceber e respeitar como iguais, e não como estrangeiros em nossa própria terra.

REFERÊNCIAS

- ANAIIS do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Senhores Deputados. 1835-1840. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, p. 71. (Sessão de 13 de julho de 1835).
- ARANHA, Bento. Delenda São Paulo. **Jornal do Commercio**, Manaus, nº 218, 9 set. 1904, p. 1.
- ARAÚJO E AMAZONAS, Lourenço da Silva. **Dicionário topográfico, histórico, descritivo da Comarca do Alto Amazonas**. 2ª ed. Manaus: Associação Comercial do Amazonas, 1984.
- ARAÚJO, Valdei. **A Independência narrada**: Introdução à história da historiografia no Brasil. Niterói, RJ: Editora Proprietas, 2022.
- AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. **História pátria: O Brazil de 1831 a 1840**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier - Livreiro Editor, 1884.
- CARREY, Émile. **La dernière des N'hambahs**. Paris: Michel Lévy Frères Éditeurs, 1863.
- CARREY, Emille. **Os revoltosos do Pará**. Lisboa: Tipografia do Futuro, 1862.
- HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil**. 17ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.
- HURLEY, Jorge. Farrapos e cabanos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**. Belém, v. 10, p. 325-333, 1936.
- JANOTTI, Aldo. **O Marquês de Paraná**: Inícios de uma carreira política num momento crítico da história da nacionalidade. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1990.
- LIMA JR., Carlo; SCHWARCZ, Lília e STUMPF, Lúcia. **O sequestro da Independência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- LIMA, Oliveira. **O império brasileiro (1821-1889)**. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1989.
- LOUREIRO, Violeta. **Amazônia, colônia do Brasil**. Manaus: Valer, 2022.
- MALERBA, Jurandir (org.). **A independência brasileira**: Novas dimensões. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- MELLO, Evaldo Cabral. **A outra Independência: Pernambuco, 1817-1824**. São Paulo: Todavia, 2022.
- MONTEIRO, Tobias. **A elaboração da Independência**. 2 vols. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1989.
- MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **1822, Dimensões**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. De mocambeiro a cabano: notas sobre a presença negra na Amazônia na primeira metade do século XIX. **Terra das águas**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 148-172, 1999.
- PRADO JR., Caio. **Evolução política do Brasil**: Colônia e Império. 15ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- RAIOL, Domingos Antônio. **Motins Políticos**: ou história dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o ano de 1821 até 1835. 2ª ed., 3v. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. O Grão-Pará e o Maranhão. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**, nº 4. 5ª ed., São Paulo: DIFEL, 1985, p. 71-172.
- SILVA, Ignácio Accioli de Cerqueira. **Corografia paraense**: ou descrição física, histórica e política da Província do Grão-Pará. Bahia: Tipografia do Diário, 1833.
- SILVA, João Manuel Pereira da. **História do Brasil durante a menoridade de D. Pedro II (1831-1840)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier Editor, s/d.
- SILVA, Joaquim Caetano da. **O Oiapoque e o Amazonas**: questão brasileira e francesa. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017.

- SILVA, Rogério Forastieri. **Colônia e nativismo: a história como biografia da nação**". São Paulo: Hucitec, 1997.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **As razões da Independência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1943.
- SOUZA, Lademe Correia de. **Arthur Reis e a História do Amazonas: Um início em grande estilo**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.
- SOUZA, Octávio Tarquínio de. **Fatos e personagens em torno de um regime: História dos fundadores do Império do Brasil**. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1989.
- STARLING, Heloísa; PELEGRINO, Antônia (Org.). **Independência do Brasil: Mulheres que estavam lá**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História da Independência do Brasil**. Edição fac-similar. Brasília: FUNAG, 2019.
- VIANA, Hélio. **História do Brasil**. 3 vols. São Paulo: Melhoramentos, 1972.